

COMO A HISTÓRIA FAZ O HISTORIADOR?¹

Antoine Prost

Eis o texto da última aula que Antoine Prost professou diante de seus alunos da Sorbonne em 1998. Dito de outra forma, sua “última aula”, como em Alphonse Daudet, mas como conclusão e prolongamento de suas Doze lições sobre a história.² Aqui, nada de províncias perdidas nem de revanches, nada de ego-história: somente o rigor, o ardor e a generosidade de um historiador excepcional.

Esta aula é, para vocês, a última do ano. Para mim, por outro lado, é a última da minha carreira. Isso justifica uma reflexão um pouco diferente, de ordem epistemológica, que se refere ao ofício do historiador, mais do que ao tema deste ano. Eu gostaria, nesta circunstância, de abordar a questão da cultura profissional do historiador. Todo ofício termina por marcar aquele que o exerce. A história é um ofício tão envolvente a ponto de não ser deslocado colocar a questão de sua marca sobre o his-

Antoine Prost é professor emérito na Universidade de Paris I - Panthéon-Sorbonne, Antoine Prost é membro do comitê de redação da *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. Este texto é a continuação lógica de suas *Doze lições sobre a história*. Ele é autor, entre outras, das seguintes obras (são citadas apenas as datas das primeiras edições dos livros): *LA CGT à l'époque du Front populaire, 1934-1939. Essai de description numérique* (Presses de la FNSP, 1964); *Histoire de l'enseignement en France, 1800-1967* (Armand Colin, 1968); *Vocabulaire des proclamations électorales de 1881, 1885 e 1889* (PUF, 1974); *Les Anciens Combattants* (Gallimard, “Archives”, 1977); - *Les Anciens Combattants et la Société française, 1914-1939*. 1. *Histoire*, 2. *Sociologie*, 3. *Mentalités et idéologies* (Presses de la FNSP, 1977);
- *Éloge des pédagogues* (Seuil, 1985 e “Points Actuels”, 1990);
- *Histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France*. Tomo IV: *L'école et la famille dans une société en mutation, 1930-1980* (Nouvelle Librairie de France, 1981);
- *L'enseignement s'est-il démocratisé? Les élèves des lycées et collèges de l'agglomération d'Orléans de 1945 à 1980* (PUF, 1986);
- *Petite Histoire de la France au XX^e siècle* (Armand Colin, “U”, 1986).
- É um dos organizadores, com Gérard Vincent, do volume 5 da *História da vida privada*, editada no Brasil pela Companhia das Letras, 1991. Em português, foi traduzido também o seu texto “As palavras”, publicado na coletânea organizada por René Rémond. *Por uma história política* (Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996, p.295-330).

torizador? Em que o fato de consagrar-se à história acaba por formatar, por modelar a maneira de ver, a maneira de ser, a personalidade do historiador? Como a história faz o historiador?

Eu me esforçarei para responder a esta questão através da análise reflexiva antes que através do testemunho. A questão não vale senão, com efeito, por sua generalidade, e é sob este ângulo que eu a abordarei.

A HISTÓRIA, CONSENTIMENTO AO TEMPO

Uma estruturação da temporalidade

A primeira lição da história, aquela que os historiadores aprendem mesmo sem se darem conta, é a de que as coisas têm um começo, um meio e um fim. Elas se inscrevem em uma trajetória temporal que não tem certamente a regularidade do metrônomo ou do relógio, que se acelera em alguns momentos e se torna mais lenta a ponto de parecer imóvel em outros, mas que assegura uma continuidade do passado ao futuro.

O historiador se move como que naturalmente em uma temporalidade que ele recorta em períodos, que ele reconstitui e percorre ao seu gosto: o tempo, como continuidade de ritmo desigual, mas inexorável; o tempo, que não se pode nem parar, nem fazer voltar atrás ou avançar. O historiador sabe que existem os momentos oportunos e outros que o são menos, que de nada serve ter certeza demasiadamente cedo e, uma vez o momento passado, as ocasiões perdidas não se reapresentam mais.

O comportamento dos estudantes em maio-junho de 1968 mostra, sobre este ponto, a originalidade dos historiadores. As assembleias gerais eram organizadas por grandes disciplinas. Os historiadores sabiam, sem que se lhes explicasse, que as revoluções têm sempre um fim, que a ordem acaba sempre por recolocar-se, sob uma forma algumas vezes inédita, mas que se impõe, e que todos os “acontecimentos” se inscrevem em uma trajetória com um desencadeamento implacável. Eles estavam, então, muito cedo, preocupados em reorganizar seus estudos e seus exames, bem como suas estruturas internas, com a idéia simples, mas vigorosa, de aproveitar o momento no qual a relação de forças lhes fosse favorável, a fim de capitalizar o maior número de reformas possível e criar o irreversível para o dia, inevitável, em que a polícia evacuaria a Sorbonne. Os literatos e os filósofos consideravam esta atitude excessivamente razoável, pequeno-burguesa em suma, e se recusavam a perguntar-se sobre os dias seguintes que eles acreditavam ainda muito longínquos e dos quais eles queriam esperar o impossível.

A prática do ofício implica esta estruturação do tempo como continuidade, que é a temporalidade própria da narrativa. Ela obriga o historiador a uma espécie de consentimento ao tempo. Ele sabe que o passado não retorna nunca e que a história não se repete, ainda que algumas vezes ela gagueje: ela lhe ensina a vaidade das nostalgias e dos pesares. Ele sabe que o presente passa irremediavelmente e tira daí a convicção de que é inútil tentar impedi-lo de mudar, mesmo que alguns possam, às vezes, orientar esta mudança. Esta temporalidade, com efeito, é também aquela do projeto, e singularmente do projeto coletivo, da vida política. Inscrevendo o presente na continuidade do passado, ela clama a pesquisar simultaneamente neste presente as premissas de um futuro cuja trajetória deve ser identificável, ao menos em suas grandes linhas. A compreensão do presente pela história, preâmbulo de uma proposição para o futuro...

Esta temporalidade da narrativa e do projeto está hoje em conflito com uma nova forma de temporalidade que constrói o tempo como uma sucessão de momentos descontínuos, na qual cada um deve ser apreciado, saboreado ou criticado em suas particularidades específicas, e não recolocado em uma continuidade que se denuncia como fictícia.

Eu, de minha parte, constatei as primeiras manifestações desta temporalidade descontínua no momento da greve de 1976.³ Esta foi uma greve muito longa e muito dura, que só terminou diante da ameaça de supressão dos exames. Depois de quinze dias de greve, quando nenhuma solução estava em vista, em uma discussão com os estudantes, eu lhes coloquei a questão do término. Onde eles queriam chegar? O que eles queriam conquistar ou ganhar? A questão foi recusada em nome da força criadora de cada novo dia. Se nós nos tivéssemos colocado esta questão, responderam eles em síntese, nosso movimento não teria se desenvolvido como o fez. É preciso colocar a cada dia os problemas do dia, e não aqueles de amanhã, é a melhor maneira de conduzir nossa ação...

A passagem de uma temporalidade contínua a uma descontínua é, ela mesma, um fenômeno histórico de importância primordial, pois afeta um dos quadros que estruturam nossa experiência coletiva. Os modos de vida, os sentimentos, os discursos triviais ou eruditos dependem, em parte, da maneira pela qual nós representamos o tempo. Há nisso o que Michel Foucault teria chamado de uma plataforma epistemológica. Se não levamos em conta a emergência de uma temporalidade descontínua, não compreendemos aquilo que existe em comum, que as aproxima e explica sua simultaneidade, entre evoluções tão diferentes quanto a crise do casamento e a do engajamento político. O abalo da temporalidade do projeto torna difíceis os grandes intentos.

E isso quer dizer que a própria história esteja comprometida? Não, sem dúvida, como disciplina erudita. Certamente, por outro lado, em seu significado, assim como em seu papel para a sociedade.

Dever de história

Todo o cuidado é pouco, de fato, em relação às novas abordagens da história. Nossos contemporâneos invocam, a todo momento, um “dever de memória” que não pode ser tomado como um triunfo da história. Sem cessar de serem solicitados para múltiplas comemorações, os historiadores retiram disso, algumas vezes, o sentimento lisonjeiro de uma maior utilidade social, de uma importância e de um prestígio crescentes. Parece-lhes que a procura pela história nunca foi tão forte.

Entretanto, falta muito para que a procura pela memória seja uma procura pela história. Por quatro razões:

A procura pela memória envolve, antes de mais nada, sempre um fato preciso, um acontecimento. Alguma coisa se passou, cuja lembrança deve permanecer viva. Hoje é o Édito de Nantes, ontem foi o batismo de Clóvis ou o aniversário dos Capetos etc. O dever de memória extrai sempre aquilo que se quer fazer permanecer do contexto mais amplo, onde se arriscava a ser dissolvido, ele o isola para melhor colocá-lo em evidência. O historiador, requisitado pela sociedade para esta obra comemorativa, se esforça, ao contrário, em situar o evento comemorado em uma trama histórica mais ampla, precisamente para torná-lo inteligível. Ele luta contra o enclausuramento comemorativo, esforçando-se para contar uma história, correndo o risco de decepcionar ou de irritar. Mas sem gravidade, pois aquilo que ele diz conta menos que sua participação: sua presença atesta a legitimidade da comemoração mesmo quando seus comentários lhe corroem a justificação. Afirma-se, assim, em nossa sociedade, pela sucessão de comemorações, uma representação do passado feita de momentos, de fatos privilegiados, como uma seqüência de *flashes* que marcam uma evolução desprovida de sentido por sua própria descontinuidade. A soma de deveres de memória não conduz à história, ela a desagrega.

Em segundo lugar, o dever de memória parece proscrever o esquecimento. Não há um acontecimento, mesmo mínimo, a respeito do qual não se possa decretar que é necessário salvar a sua lembrança. Ora, uma justaposição de fatos rememorados não constitui uma história mais do que uma coleção de selos constitui uma geografia. A história é a construção de uma narrativa que dá coerência aos fatos em seu encadeamen-

to, e por isso cria sentido e dá inteligibilidade. O dever de memória conduz tanto a uma acumulação de referências justapostas, como palavras extraídas de um dicionário sem que delas se façam frases, quanto ao empilhamento interminável e impossível do passado como um todo. A história, ao contrário, escreveu Lucien Febvre em um texto célebre, é um chamado a “não se deixar aniquilar por esta acumulação desumana de fatos herdados. Por esta pressão irresistível dos mortos esmagando os vivos – achatando sob seus pés a delgada camada do presente até lhe retirar toda força de resistência”. Ela é “um meio de organizar o passado para impedi-lo de pesar demasiadamente sobre os ombros dos homens”⁴. Ela interroga a morte em função da vida. Nessas reorganizações sucessivas, certos fatos passam ao segundo plano, certos eventos são descartados: a história ordena o esquecimento, seletivo, mas inelutável.

Terceira contradição: aquela do coração e da razão. A procura pela memória comporta sempre uma dimensão afetiva: aquilo que se passou, cuja memória deve ser guardada, é seguidamente uma provação, um drama, uma tragédia. As cicatrizes não estão totalmente fechadas e a ferida permanece viva. Evocar então um direito de memória é convidar toda a coletividade a compartilhar uma indignação, uma revolta ou um luto, e a transformá-los em resolução. Em outros casos – eu penso nas inúmeras manifestações locais por ocasião do bicentenário da Revolução Francesa –, é um convite mais sereno a voltar-se sobre o passado, mas não isento deste enternecimento nostálgico que se experimenta ao folhear um álbum de fotos de família. Uma certa emoção é então requisitada. A história está do lado do conhecimento, do saber; ela é um colocar-se a distância, racionalização, vontade de compreender e de explicar. Isso nem sempre é compatível com a memória viva.

O caso Lewis é um bom exemplo disso. Professor em Princeton, Bernard Lewis é um historiador do Oriente Próximo de reputação mundial. Em uma declaração ao *Monde*, ele contestou o emprego do termo “genocídio” para designar o massacre de pelo menos 600 mil armênios pelos turcos entre 1915 e 1916. Não se tratava de um negacionismo, pois ele não colocava em dúvida, de forma alguma, a realidade desse massacre nem o seu caráter massivo; a discussão repousava sobre o termo “genocídio”. Para Lewis, este termo implicava uma decisão deliberada de aniquilar o povo armênio como tal, decisão que não lhe parecia comprovada pelos documentos. É possível julgar essa definição do termo “genocídio” pertinente ou excessivamente rigorosa, isto é um outro debate. O interessante, para os nossos propósitos, é que a declaração de Bernard Lewis foi sentida como uma afronta pelas associações armênias, que o

atacaram na Justiça por “falta geradora de um dano muito grave à lembrança autêntica, ao respeito e à compaixão devidos aos sobreviventes e às suas famílias”. Lewis foi condenado. O dever de memória entra aqui em conflito com o trabalho da história: em certos momentos, e em certas circunstâncias, tudo se passa como se a condenação de um fato interdixesse sua discussão, tanto as exigências da razão e do conhecimento são difíceis de conciliar com aquelas do julgamento moral e do coração.

Toca-se aqui na última contradição: a do particular e do universal. O dever de memória coincide geralmente com uma afirmação identitária; ele visa um evento considerado como fundador por um grupo. Por esta via, ele exclui potencialmente aqueles aos quais esse evento não concerne diretamente. No horizonte do dever de memória, esboça-se a possibilidade de uma inflexão do grupo sobre ele mesmo, com uma interdição feita aos outros de exprimir outra coisa que não uma aquiescência, e mesmo da afirmação de que é impossível aos outros entrar nessa memória: “você não são isto ou aquilo, portanto, você não podem compreender”.

Essa tendência não é apenas logicamente contraditória com o próprio dever de memória, que postula a compreensão possível de um passado para os homens do presente, tanto mais diferentes à medida que este passado se distancia. Ela me parece cheia de perigos para a coesão social. Antes de aplaudir todos os esforços para cultivar as identidades particulares – e o dever de memória é um de seus componentes principais –, convém refletir sobre a significação destas identidades. Nós falamos de nossas raízes e de nossos valores. Mas passar das raízes aos valores é uma monstruosidade lógica. As raízes são particulares e os valores são universais, ou eles não são valores. Eles são estes ideais em torno dos quais o conjunto da humanidade pode reunir-se e encontrar sua unidade. Acrescentar um possessivo “meus”, “nossos”, “vossos”, “deles” ao termo “valores” é um abuso de linguagem e basta para demonstrar que o lugar de onde se fala não é precisamente um valor... Eu penso aqui na inacreditável defesa de um trote degradante e atentatório à dignidade humana pelos antigos Quatzarts em nome dos “seus valores”! Em nome dos pretendidos “valores” de um grupo, isto é, daquilo que o particulariza, se pretende justificar atentados inadmissíveis à dignidade das pessoas. Essas facilidades de linguagem conduzem a expressões estupefacientes; eu encontrei um dia, em um manuscrito, a expressão “os valores do nazismo (nacionalismo, anti-semitismo)”, embora o autor negasse claramente todo valor ao nazismo. Aliás, em nome dos “valores” identitários ou históricos de um grupo, apela-se à guerra civil e à purificação étnica. Deste ponto de vista, o recurso identitário à memória, a uma memória ferida, machucada, é carregado de

divisões duráveis. O triângulo violeta dos departamentos anexados, que mutilava o ângulo nordeste do Hexágono sobre os mapas da escola republicana, preparou o Ossuário de Douaumont...⁵

A HISTÓRIA, ESCOLA DE CIVISMO

Causas e condições

A história não consiste em cultivar a lembrança de um passado carregado de ressentimentos ou de identidades que separam irremediavelmente; ela se esforça para compreender o que se passou, e por que aquilo se passou. Ela está do lado da pesquisa das explicações; ela busca identificar as causas e as conseqüências, e, por fazer isto, abraça necessariamente um tempo mais longo que aquele do acontecimento.

Esta busca é mais fácil se o historiador percorre o tempo e se interroga antes sobre as conseqüências do que sobre as causas. Uma vez ocorrido um evento, é possível identificar suas conseqüências, quaisquer que sejam os eventos considerados. Quer se trate da criação das estradas de ferro no século 19, da guerra de 1914, ou de uma eleição, é relativamente fácil para os historiadores descrever suas conseqüências. Na verdade, estes “eventos” foram erigidos em eventos “históricos” precisamente em razão de sua fecundidade, e os historiadores que vêm depois que eles se produziram beneficiam-se de uma posição privilegiada que lhes facilita o trabalho.

É mais difícil voltar no tempo e identificar as causas de um evento. Eu tomarei o exemplo de 1968. O historiador se esforça por hierarquizar as causas destes acontecimentos e distingue o ordinário das causas profundas e das causas imediatas. Entre as causas profundas, ele assinala o progresso da escolarização, que acarretou um crescimento massivo do número de estudantes em alguns anos; o desenvolvimento de movimentos contestatórios anarquistas e marxistas, ligados às lutas de independência nacional no Terceiro Mundo e à Guerra do Vietnam; a persistência de um estilo de governo muito marcado pela tradição autoritária de administração e a fraqueza da oposição, o que contrasta com a liberalização recente das práticas educativas etc. É claro que se esses elementos não tivessem sido reunidos, a explosão de 1968 não teria se produzido.

Contudo, eles não constituem senão condições de possibilidade da própria explosão; eles não explicam por que ela se produziu e não a tornam inevitável. Para explicá-la, são necessárias causas mais imediatas, que o historiador identifica, por um lado, na reforma dos estudos superi-

ores de 1966, que engendra fortes tensões na Universidade, com as dificuldades iminentes para fazer passar os exames em junho, e a decisão anunciada de uma seleção na entrada de 1968; por outro, no comportamento das autoridades universitárias ante a contestação *nanterroise*⁶ e, mais particularmente, em seu comportamento na Sorbonne em 3 de maio.⁷ É, de qualquer forma, a faísca que coloca fogo na pólvora, para retomar uma comparação já formulada por Seignobos em 1901, por Simiand em 1903, e por Marc Bloch na sua *Apologia da história*.

Para explicar a história, o historiador é conduzido a identificar as causas e condições múltiplas, a hierarquizá-las, a avaliá-las de alguma forma. Sua lógica é raramente linear; mais freqüentemente, ela entrecruza séries diferentes com temporalidades desiguais. O hábito profissional ligado a esta conduta tem conseqüências para o historiador? Qual é sua importância existencial?

A responsabilidade sob coação

Ao examinar mais atentamente o peso das causas, que é o cotidiano do ofício do historiador, ordena-se-lhes com freqüência em função de um critério decisivo: a apreensão que os atores podem ter das situações. Em uma das extremidades desta hierarquia, estão as tendências pesadas, os fatores massivos, aqueles sobre os quais os atores nada podem, que eles suportam sem poder influenciá-los. Na outra extremidade, estão aqueles que dependem diretamente de sua intervenção. De um lado, as coações, de outro, a decisão. Entre os dois, um *continuum* em que os atores individuais participam no seio de coletividades, em que sua intervenção passa por mediações complexas, com inércias, pesos e efeitos perversos. Se retomamos o exemplo das manifestações de 1968, fica claro que nem as autoridades, nem os líderes do movimento estavam em condições de ponderar sobre a amplitude da mobilização estudantil, a não ser indiretamente, por meio de intermediários políticos, sindicais, mediáticos, que conservavam sua autonomia; a dificuldade principal do governo era precisamente encontrar um meio de influenciar a opinião pública e de colocá-la a seu favor, o que ele conseguirá, finalmente, com a dramatização da morte do general De Gaulle. Em contrapartida, se os enfrentamentos parisienses não fizeram mais que uma vítima, isto se deve claramente ao chefe de polícia, Maurice Grimaud, e às instruções que ele deu às forças da polícia colocadas sob suas ordens.

O historiador não pode, obviamente, fundar sua explicação exclusivamente sobre as tendências pesadas ou sobre as intervenções dos ato-

res; ele é obrigado a cruzar umas com as outras e a discernir, tanto quanto possa, suas imbricações recíprocas. Isso quer dizer que ele constrói um universo de responsabilidades sob coações, onde a fatalidade é excluída, mas a liberdade jamais é total.

De acordo com o tipo de história que fazem, os historiadores são mais sensíveis ao peso das coações ou ao papel dos atores. A história econômica ou social está mais do lado dos constrangimentos. Na análise das crises, das grandes transformações, como a industrialização ou a urbanização, e mesmo das correntes de pensamento como o iluminismo, ela acentua a lógica das evoluções, a força das coisas. De seu ponto de vista, a margem de iniciativa dos atores parece em grande parte ilusória: eles são como remadores que descem um rio com um barco e se felicitam pela eficácia de suas remadas, quando eles teriam muita dificuldade de subir a corrente. E, contudo, não é inútil que eles remem para evitar os recifes ou atracar na margem... Não há crise sem banqueiros ou ministros de finanças, não há greve sem sindicatos, não há correntes de pensamento sem escritores. Inversamente, a história política, aquela dos erros e dos acertos dos governos, dos partidos, aquela das revoluções e dos golpes de Estado, está mais do lado dos atores; ela acentua as decisões que influenciaram o curso das coisas, transformaram a situação. O exemplo mais acabado desta história feita do lado “daqueles que decidem”, como se diz hoje, é a história militar: se conhece a célebre resposta de Joffre a quem lhe perguntava se ele pensava ter ganho a batalha de Marne:⁸ “Eu não sei quem a ganhou, mas eu sei muito bem quem a perdeu!”

Este vai-e-vem entre a força das coisas e a responsabilidade dos atores implica, me parece, conseqüências políticas. Em uma célebre conferência de 1907, Seignobos desenvolveu este argumento para justificar o ensino de história no secundário como instrumento de educação política. Para este republicano *cévenol, dreyfusard*,⁹ a história desenvolve uma postura de progresso, tão afastada do conservadorismo como das utopias revolucionárias:

O homem instruído pela história viu no passado um número tão grande de transformações, e mesmo de revoluções, que ele não se espanta mais quando vê uma no presente. Ele viu muitas sociedades sofrerem transformações profundas, destas que as pessoas competentes declaravam mortais, e que também não se sustentaram mal.

Isto basta para curar-lhe do medo da transformação e do conservadorismo obstinado à maneira dos “tories” ingleses.

... O estudo das transformações nos liberta de dois sentimentos inversos, mas igualmente perigosos para a atividade. Um é a impressão que o indivíduo é impotente para agitar esta massa enorme de homens que formam uma sociedade: é um sentimento de impotência que conduz ao desencorajamento e à prostração. O outro é a impressão que a massa humana evolui sozinha, que o progresso é inevitável: de onde se tira a conclusão que o indivíduo não tem necessidade de se ocupar disso; o resultado é o imobilismo social e a prostração.

O homem instruído pela história, ao contrário, sabe que a sociedade pode ser transformada pela opinião, que a opinião não se modifica sozinha e que um indivíduo isolado é incapaz de transformá-la. Mas ele sabe que muitos homens, agindo em conjunto no mesmo sentido, podem modificar a opinião. Esse conhecimento lhe dá o sentimento de seu poder, a consciência de seu dever e o princípio de sua atividade, que é auxiliar na transformação da sociedade no sentido que ele considera como o mais vantajoso. Ela lhe ensina o procedimento mais eficaz, que é o de se entender com os outros homens animados das mesmas intenções para trabalhar conjuntamente para transformar a opinião.¹⁰

A argumentação de Seignobos choca-se com dois contra-exemplos. É falso que os historiadores sejam todos reformistas. Alguns convocam a história em apoio da tradição, em nome das lições da experiência, como Jacques Bainville. Inversamente, os comunistas procuraram na história uma escola da luta de classes e os exemplos da sociedade nova parida na revolução violenta. Parece-me, contudo, que, nestas famílias políticas opostas, os historiadores conservaram uma certa medida. No campo tradicionalista, eles sonharam menos que os outros com um retorno ao passado: a história não retoma o seu curso; neste sentido, os historiadores conservadores não podem ser totalmente reacionários. No campo revolucionário, eles conservaram melhor do que os outros, mais voluntaristas, o sentido do possível, aquele das forças e das condições indispensáveis ao sucesso de todo movimento e, enfim, aquele das continuidades que suturam todas as rupturas. Resta que, no conjunto, a história me parece, por si mesma, simultaneamente preparada para a transformação que é o seu objeto, sua trama e sua essência, mas também torna conscientes os estrangimentos que restringem toda ação política. Dois limites que definem o espaço, amplamente aberto, do reformismo. A história leva, assim, a recusar a fatalidade sem acreditar, com isso, que a vontade po-

lítica seja suficiente para ultrapassar os obstáculos. Melhor do que os outros, o historiador sabe que não se comanda as forças históricas a não ser obedecendo-as, e que não há progresso na sociedade que não passe por compromissos.

HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DO HISTORIADOR

A história é, entretanto, muito mais do que uma escola de civismo republicano. Ela contribui para modelar o historiador que a faz. Michelet disse isso em um prefácio frequentemente citado: “A história, na progressão do tempo, faz o historiador bem mais do que é feita por ele. Meu livro me criou. Sou eu que fui sua obra. Este filho fez seu pai... Se nós nos parecemos, é bom. Os traços que ele tem de mim são em grande parte aqueles que eu lhe devo, que eu dele conservei”.¹¹

Mas, uma vez colocada esta afirmação forte, resta compreender como, por quais caminhos, a prática do ofício modela a personalidade. Eu tentarei explicar isso seguindo duas linhas complementares.

O universal

Cada vez que o historiador aborda um novo tema, ele é obrigado, para fazê-lo, a repensá-lo na primeira pessoa. Ele o faz reviver, colocando-se no seu lugar, onde os homens que ele estuda viveram, sentiram, pensaram. Acumulando os indícios, ele coloca, de alguma forma, seus passos nos passos deles; ele lhes reconstitui a forma de viver, sua habitação, sua vestimenta, sua alimentação, seu trabalho, os objetos dos quais eles se serviam, os que eles trocavam; ele reconstitui seu universo mental, sua percepção do mundo, seus desejos, suas aspirações, sua religião etc. É uma espécie de experiência por traços interpostos.

Eu vibrei, assim, com Mauriac e Bernanos diante do drama da guerra civil espanhola, e eu acolhi na França os corais bascos, porta-vozes dos católicos da *Frente Popular*. Eu fui operário nas fábricas ocupadas em 1936; eu dormi ao lado de máquinas enormes, por uma vez silenciosas e amigáveis, mas também no chão, ao lado dos sofás das grandes lojas, entre as vendedoras em greve. Eu desfilei no 14 de julho de 1936, na euforia compartilhada. Eu fui soldado nas trincheiras de 1916; eu sofri os bombardeios nas crateras de obus de Verdun, e aguardei, ao longo da noite, ao mesmo tempo embrutecido, tenso e angustiado, a chegada iminente do próximo suprimento de marmitas. Eu escuto ainda os camaradas feridos agonizando sobre as linhas. Eu co-

nheci igualmente o imenso alívio de estar vivo, ao retornar das linhas, de lavar-se, de comer e dormir bem. Eu fui empregado no início do século em uma grande fazenda em Beauce, onde se esperava que o senhor tivesse aberto sua faca para começar a comer na mesa comum, enquanto as mulheres serviam; mas fui também um pequeno proprietário em Limousin, habitante de uma fazenda de chão batido, temperando a mesma sopa a cada dia com um pedaço de toicinho, trabalhando duro para reembolsar o empréstimo contratado para aumentar em algumas dezenas de ares a minha propriedade. Eu fui mineiro no momento da catástrofe de Courrières (1906) e eu conheci primeiro os vagonetes de empurrar, depois o *front de taille*;¹² eu habitei o alojamento dos mineiros, e quando eu era garoto, eu estiquei arame pela rua para derrubar os cavalos das tropas chamadas para reprimir a greve. Eu estava ao lado de Jules Ferry quando ele brigava na Câmara para fazer adotar as grandes leis escolares de 1881 e 1882 e preparei, com ele, seus discursos. Eu estava também, é verdade, no Senado, ao lado de Jules Simon, que as combatia, e mesmo ao lado do prelado Freppel,¹³ na Câmara, o principal adversário do ministro. Mas eu também estudei em uma escola de aldeia, onde fazia 15 ou 16 graus no inverno, e onde tudo estava por fazer. Eu fui diretor de colégio sob o Segundo Império, expondo as regras da gramática latina em Lhomond, corrigindo os temas, as versões e os discursos latinos... Eu conheci a derrota e a ocupação; eu aplaudi o marechal Pétain em 1941 nas ruas de Clermont ou de Moulins; mas eu também vivi a clandestinidade e o *maquis*,¹⁴ e tomei o poder nas fábricas liberadas...

Eu tive, assim, a chance, graças à história, de viver muitas vidas, e de ter uma experiência multiforme. Eu freqüentei os homens os mais diversos, e vivi, com eles, as situações mais variadas. Na imaginação, é verdade, e em pensamento: Collingwood, um professor de filosofia de Oxford que escreveu também um volume da *Cambridge Ancient History of England*, disse isso, antes e melhor do que eu: a história são *experiences to be lived through in his own mind*, experiências para serem vividas até o fim em sua cabeça.

Essa experiência de uma riqueza prodigiosa mobiliza e desenvolve muitas atitudes. Ela supõe um trabalho de imaginação e uma simpatia curiosa e atenta, que se deixa de algum modo guiar pelos próprios temas. Mas o historiador não é um romancista, ele não deixa sua imaginação trabalhar livremente. Não lhe basta imaginar os homens nas situações estudadas, é necessário para ele verificar que aquilo que ele imagina é exato, e encontrar na documentação traços, indícios, provas que

confirmem seus dizeres. A história é imaginação e controle da imaginação pela erudição. Ela é, ao mesmo tempo, simpatia e vigilância.

O pessoal

Fazendo, assim, a experiência de outras vidas, em outras condições, o historiador descobre, enfim, qual homem ele é. Citemos, sobre este ponto, uma vez mais Collingwood:

Ao repensar aquilo que alguém pensou, o historiador pensa a si mesmo. Ao conhecer o que alguém pensou, ele conhece o que ele mesmo é capaz de pensar. E descobrir aquilo que é capaz de fazer, é descobrir que tipo de homem ele é. Se ele é capaz de compreendê-los, repensando os pensamentos de numerosos tipos de homens distintos, segue-se que ele deve ser um grande número de tipos de homens. Ele deve ser, de fato, um microcosmo de toda a história que ele pode conhecer. Seu próprio conhecimento de si mesmo é então simultaneamente o conhecimento do mundo dos negócios humanos.¹⁵

Mas descobrir assim quantos homens diferentes se poderia ter sido continuando a ser a si mesmo é uma experiência paradoxal. Ela permite mensurar a que ponto o homem depende de condições históricas concretas: ele não existe a não ser aqui e aí, em um tempo dado, em sociedades determinadas. Aquilo que os filósofos analisaram desde muito tempo: o homem como ser-no-mundo. Mas eu acrescentaria: como ser-no-tempo. Eu reencontro aqui, mas em um sentido diferente, o tema sobre o qual eu comecei este curso. A história remete o historiador para a historicidade da condição humana e para a sua própria.

Ele descobre, então, que é engajado. Capturado pela história, definido por ela, ele não pode escapar-lhe. E pode decidir desinteressar-se por ela: deixar os outros desviarem o devir coletivo no qual está preso; mas esta retirada é ela própria uma escolha, o exercício de uma responsabilidade. Ou, então, ele recusa a posição daquele que se submete e tenta orientar, através de uma ação modesta, certamente, mas coerente, no longo prazo, o devir da sociedade. É a escolha do engajamento, que implica aceitar as solidariedades e os constrangimentos de uma ação coletiva.

Fundado na prática da história, o engajamento alarga a experiência histórica do historiador e permite-lhe, em troca, aprofundar sua compreensão da história que escreve. Ele lhe permite compreender por den-

tro as lógicas da ação coletiva. As dificuldades e os fracassos, assim como os sucessos, da ação que ele conduz com os outros lhe ensinam as artimanhas e as voltas da história, assim como o papel do tempo: o que parece justo e necessário raramente triunfa de imediato. Ele mede o peso da opinião, as resistências dos costumes, a tenacidade dos interesses afrontados. Ele compreende a necessidade de dar tempo ao tempo e de esperar o momento oportuno.

Mas o engajamento comporta riscos contra os quais a história permanece sendo o melhor antídoto. O homem engajado, sendo um historiador, arrisca perder-se, de fato, em seus engajamentos, tornar-se prisioneiro dos múltiplos laços pelos quais ele se assumiu como ser-no-mundo, como ser histórico. O retorno à história como prática intelectual é, para ele, uma maneira de permanecer consciente da relatividade de seu próprio engajamento. O engajamento conhece tempos fortes, vividos no calor da paixão. A história é uma maneira de manter a cabeça fria. É um momento de conhecimento, de elucidação, de tomada de distância; ela é razão. Esta é, como se viu, sua grande diferença em relação à memória. Diz-se seguidamente que, para escrever-se a história, é preciso um certo recuo. Isto é, tomar o efeito pela causa: a história não supõe uma distância prévia, ela a cria. Crer que é suficiente deixar os anos passarem para tomar distância é enganar-se: é preciso fazer a história daquilo que se passou para criar a distância. É por isso que a história é indispensável ao homem engajado.

A história me permite compreender toda a ordem de problemas nos quais eu vivo, pois viver é sempre viver problemas: a história nos ensina que não existem homens ou sociedades sem problemas. Aquilo que se sugere algumas vezes dizendo: “As pessoas felizes não têm história.” A história permite compreender esses problemas como o jogo cruzado de constrangimentos que nos ultrapassam e de responsabilidades, de escolhas que nos dizem respeito. Ela nos impede de sermos submergidos pelo vivido contemporâneo, uma vez que, o compreendendo, nós o explicamos e, de certo modo, permanecemos seus mestres.

Deste ponto de vista, a história é mais que a formação do cidadão. Ela é construção, sempre inacabada, da humanidade em cada homem.

Seguramente, poder-se-ia dizer a mesma coisa de toda disciplina reflexiva: da filosofia, da sociologia, da antropologia, e talvez mais ainda da literatura. A história, contudo, carrega qualquer coisa a mais que estas abordagens: ela é a ordem da dinâmica, do movimento, da evolução.

Porque o homem é um ser histórico, porque sua historicidade é constitutiva de sua pessoa, ele não pode construir-se sem um trabalho de his-

tória. Diz-se freqüentemente que enquanto houver homens, haverá história, e, com isso, quer-se designar como um mito a idéia de um fim da história. Mas este lugar-comum merece ser invertido: enquanto houver a história, haverá homens. A história é um trabalho para humanizar a humanidade em cada um e em todos. Trabalho incessantemente recomeçado e necessário; trabalho incessantemente retomado sobre novas bases, a partir de questões novas. Mas trabalho sem o qual esta realidade frágil e emocionante, que são os homens em sociedade, é espreitada por uma barbárie sempre possível.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Este texto foi originalmente publicado na revista *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n.65, jan./mar. 2000, p.3-12. A tradução foi feita por Benito Bisso Schmidt (UFRGS) e revisada por Henrique Espada Lima Filho (Unicamp). Agradecemos a gentileza do autor em autorizar sua publicação nesta revista.
2. Referência ao livro de Antoine Prost, *Douze leçons sur l'histoire*. Paris: Seuil, 1996. [N. do T.].
3. Referência do autor às manifestações dos estudantes franceses, ocorridas entre março e maio de 1976, contra a reforma do segundo ciclo universitário. Conforme Rémond, René. *Notre siècle, 1918-1988*. Paris: Fayard, 1988, p.976 (Tomo 6 da "Histoire de France", dirigida por Jean Favier). [N. do T.].
4. Febvre, Lucien. "Vers une autre histoire", *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1953, p.437.
5. O forte de Douaumont, na comuna de Meuse, foi tomado, retomado e bombardeado ao longo da ofensiva alemã em 1916, durante a Batalha de Verdun. Um ossuário foi construído no local para lembrar o ocorrido. Conforme Robert, Paul (dir.). *Le petit Robert 2: dictionnaire universel des noms propres*. Paris: Le Robert, 1989, p.541. [N. do T.].
6. Referência do autor à Faculdade de Letras de Nanterre, onde começou o movimento estudantil francês de 1968. Em 22 de março, a sala do Conselho foi invadida pelos estudantes. No dia 2 de maio, ocorreu uma jornada antiimperialista com a ocupação dos anfiteatros. A pedido do diretor, a faculdade foi fechada indeterminadamente. Conforme René Rémond (1988, p.679). [N. do T.].
7. Referência do autor aos fatos ocorridos nesse dia na Sorbonne, quando os estudantes reuniram-se em solidariedade aos colegas de Nanterre. O reitor Roche requisitou a intervenção da polícia, que deteve em torno de quinhentos estudantes, provocando o alastramento dos protestos. Conforme René Rémond (1988, p.679). [N. do T.].
8. Referência do autor a Joseph Joffre (1852-1931), que, durante a Primeira Guerra Mundial, comandou as tropas francesas na vitoriosa batalha de Mar-

- ne (setembro de 1914), a qual contribuiu para frear o avanço alemão. Conforme Paul Robert (1989, p.940-941). [N. do T.].
9. “Cévenol” é o originário da região francesa de Cévennes, um dos setores mais ardentes do protestantismo, palco de numerosas revoltas camponesas que ensangüentaram a França depois da revogação do Édito de Nantes. Os calvinistas de Cévennes eram chamados “camisards” (“cévenol” seria um sinônimo).
Já o termo “dreyfusard” refere-se aos partidários do capitão Alfred Dreyfus durante o célebre “Affaire Dreyfus”, evento que desestabilizou a III República francesa e fundou a República radical. Dreyfus, judeu, foi condenado por espionagem a favor da Alemanha em 1894, fato que evidenciou o anti-semitismo de setores da sociedade francesa. A opinião pública dividiu-se entre os partidários e os contrários à revisão do processo. Dreyfus só foi reabilitado em 1906. A atitude adotada durante o caso acabou definindo o campo político na França: a esquerda assumiu o governo e a direita antidreyfusard foi condenada à oposição. Conforme Gisèle e Serge Berstein, *Dictionnaire historique de la France Contemporaine, Tomo I: 1870-1945*, Paris: Éditions Complexe, 1995, p.260-262. [N. do T.].
 10. Charles Seignobos, *L’enseignement de l’histoire comme instrument d’éducation politique*, citado por Antoine Prost, *Douze leçons sur l’histoire*, op. cit., p.296-297.
 11. Prefácio da *Histoire de France*, edição de 1869, em J. Ehrard e G. Palmade, *L’histoire*. Paris: Armand Colin, 1964, p.265.
 12. Termo técnico que designa uma “superfície vertical segundo a qual é praticado o corte em uma exploração mineira”. Robert, Paul. *Dictionnaire alphabétique & analogique de la langue Française*. Paris: Dictionnaire Le Robert, 1972, p.752. [N. do T.].
 13. Charles Émile Freppel (1827-1891), prelado e político francês, foi eleito deputado conservador em 1880 e tomou partido na Câmara contra o laicismo e o anticlericalismo da Terceira República. [N. do T.].
 14. Os “maquis” são os aparelhos clandestinos da resistência francesa, e “maquisards” são os seus combatentes. [N. do T.].
 15. Collingwood, Robin George. *An Autobiography*. Oxford: Oxford University Press, 1939, p.114-115.